

# Parecer de Miranda rejeita contratos do Sivam

Roberto Castro/AE

*Um ano depois de defender aprovação do projeto, senador muda de opinião e afirma que equipamentos da Raytheon são caros e ultrapassados*

ROSA COSTA

**B**RASÍLIA — Numa sessão tumultuada, em que trocou insultos com o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Gilberto Miranda (PMDB-AM), apresentou ontem um parecer rejeitando os contratos assinados pelo governo para a instalação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). Miranda pediu a revogação dos projetos que autorizam a contratação de créditos externos para o sistema, no valor de US\$ 1,395 bilhão. Ele alegou que o projeto da Raytheon está ultrapassado, é ineficaz e de custo excessivamente elevado, devendo chegar a um total de US\$ 7 bilhões, se incluído o que o governo terá que gastar em infra-estrutura para sua instalação.

O documento recebeu pedido de vistas coletiva e ainda não tem data para ser votado pela comissão. A CAE aprovou os requerimentos da bancada do PT convocando o embaixador Júlio César Gomes dos Santos para depor, também sem marcar a data, e pedindo à Polícia Federal cópia da transcrição completa da conversa entre o embaixador e o dono da Líder Táxi Aéreo, José Afonso Assumpção.

Gilberto Miranda colocou sob suspeita os procedimentos do Ministério da Aeronáutica e da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) na contratação da empresa norte-americana Raytheon e da Esca, excluída posteriormente do projeto porque estava em débito com o INSS. Ele disse que a seleção das empresas foi feita "a portas fechadas, tratando casuismo com exceções, sob a alegação

de que se tratava de um assunto de segurança nacional".

Miranda não conseguiu explicar porque agiu de forma totalmente inversa na primeira vez em que relatou o projeto. O senador Esperidião Amin (PPB-SC) exibiu a transcrição do discurso feito na ocasião por Miranda, dia 22 de dezembro último, em que ele incluiu no texto do governo a ressalva de que os empréstimos só poderiam ser assinados após a formalização do contrato comercial com a Raytheon e a Esca. Na época, Miranda alegou que, tendo observado "com absoluto" rigor todos os documentos apresentados à relatoria, entendia serem necessários o cumprimento das seguintes exigências: "Os contratos de financiamento somente poderão ser assinados após a formalização do contrato comercial entre CCSivam — Comissão de Coordenação e Implantação do Sivam — e o consórcio constituído pelas empresas Esca e Raytheon Company". Em dezembro, Miranda elogiou a contratação da Esca "pelo caráter estratégico do projeto e conseqüente necessidade de se manter o completo domínio da tecnologia e do sistema no País".

Vários senadores protestaram no início da sessão, porque Miranda derrubou a pauta anterior de votação, sem comunicar previamente aos integrantes da comissão, para ler o seu parecer. Esperidião Amin afirmou que eles só estavam revendo o projeto graças à descoberta de que a Esca havia falsificado a guia do INSS e não por mérito do relator. Suplicy disse que ele tratava o assunto "sem seriedade", ao mudar de posição nas duas vezes em que relatou o projeto.



**D**ATA PARA  
VOTAÇÃO  
AINDA  
INDEFINIDA



Parlamentar do PMDB defende seu parecer: mudança radical de argumento sem menos de um ano